

ARTIGO

OS SERTÕES EM DEBATE: FRONTEIRAS, SECAS E INSTITUIÇÕES

DISCUSSING ON SERTÕES: FRONTIERS, DROUGHTS AND INSTITUTIONS

JUCIENE BATISTA FÉLIX ANDRADE¹

RESUMO

A temática das “secas” ganhou uma fortuna crítica no Nordeste brasileiro, pois conseguiu firmar-se enquanto objeto de estudo devido à sua dimensão natural e social, constituindo-se, desta maneira, em um problema historiográfico. A esse respeito, foram construídos repertórios de memória em diferentes suportes documentais, casos e cronologias, políticas públicas, investimentos técnicos e científicos e articulações entre o regional e o global que deram evidências aos dilemas humanos em termos de trabalho, mobilidade e saúde. É em face desta abrangência que se realiza esta breve incursão, compreendendo-se que o estudo sobre as secas podem ainda estimular reflexões no âmbito de uma História dos Sertões.

PALAVRAS-CHAVE: Secas; Instituições; IFOCS; Relatórios; Sertões.

ABSTRACT: The theme of “droughts” gained a critical fortune in Northeast Brazil, as it managed to establish itself as an object of study due to its natural and social dimension, thus constituting itself as a historiographical problem. In this regard, memory repertoires were built on different documentary supports, cases and chronologies, public policies, technical and scientific investments and articulations between the regional and the global that gave evidence to human dilemmas in terms of work, mobility and health. It is in function of this scope that this brief incursion is carried out, understanding that the study on droughts can still stimulate reflections within the scope of a History of the Sertões.

KEYWORDS: Droughts; Institutions; IFOCS; Reports; Sertões.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - PE). Professora do Curso de História, do Centro de Ensino Superior do Seridó/UFRN. Professora do Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões – CERES/UFRN. Pós-doutoranda PPGH-UFCG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4590-2951>.

Introdução

No ano de 1936, o periódico *O Estado de São Paulo* destacou, na seção Nordeste Brasileiro, mais uma matéria sobre as secas no Nordeste. Contudo, diferentemente de um conteúdo negativo, tratava-se de um momento de júbilo: a inauguração de três açudes em ações realizadas pela Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Estes açudes estão localizados numa das áreas mais afetadas pela longa estiagem da região na década de 1930: no interior do Rio Grande do Norte, o açude Itans, e na Paraíba, os açudes Condado e São Gonçalo, conforme destaca a reportagem:

A Inspeção Federal de Obras Contra as Secas inaugurou, no mez de Fevereiro último no Nordeste Brasileiro, os açudes Itans, Condado e S. Gonçalo, respectivamente nos dias 3,4 e 6.

Desses açudes, o primeiro está situado no Estado do Rio Grande do Norte e os dois outros no da Parahyba.

O açude Itans sobre o Rio Barra Nova, no Rio Grande do Norte, iniciado em abril de 1932 e inaugurado a 3 de fevereiro de 1936 armazenará 81 milhões de metros cúbicos de água com uma capacidade de irrigação de 2500 hectares.

A sua barragem de terra tem a extensão de 1.370 metros e a altura máxima de 22 metros.

O represamento das águas inundará uma área de 1340 hectares com a profundidade máxima de 19 metros.

Esse açude que está a 6 quilômetros da cidade de Caicó tem possibilidade de servir ao seu abastecimento de água. (*O Estado de São Paulo*, 1936, p. 6)

Este ato inaugural tem uma importante representatividade para a população que será beneficiada. Consiste numa reatualização de uma projeção de atenuamento das agruras sazonais com a qual se depara aquela sociedade. Por outro lado, este evento precisa ser compartilhado a nível regional e nacional, pois reafirma a noção da “seca” como um problema nacional, elevado a este patamar desde a “Grande Seca” de

1877-1879 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988; NEVES, 2000) e o sertão das caatingas, inegavelmente, um espaço que despertou o interesse para estudos após a Guerra de Canudos e a obra fundante de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902).

Evidentemente, uma abordagem que incida sobre uma discussão em torno dos sertões precisará demarcar as suas fronteiras e territórios. A esse respeito, em alguns casos há uma regularidade em torno das delimitações fronteiriças: trata-se dos sertões áridos, sertões da Caatinga, sertões do Cariri, sertões do Seridó ou sertões dos Inhamuns. É que enquanto conceito, o sertão/os sertões podem ser operacionalizados por múltiplas lógicas (AMADO, 1995; BOLLE, 1994; SILVA, 2012).

Em se tratando do Açude Itans, em Caicó-RN, tem-se os sertões do Seridó (FARIA, 2012), para onde a construção de mais um açude aguçava as esperanças coletivas com a possibilidade de um armazenamento contínuo da água para o abastecimento da população e demais utilidades, conforme projetos elaborados pelos agentes da Instituição pública responsável pela obra, que buscaram viabilizar a irrigação para áreas cultiváveis em seu entorno. Além de ser um espaço que abrigava temporariamente os retirantes, atenuando o fluxo do êxodo, a construção de um açude é, sobretudo, mobilizada pelas condições e estudos técnico-científicos, tornando-se, também, um espaço de memória (ANDRADE, 2007).

Para isto, há um processo de construção institucional voltado para o enfrentamento da problemática da seca e da transformação dos sertões nordestinos. Na matéria veiculada pelo *Estado de São Paulo*, tem-se mais uma ação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

Ressalta-se, então, a importância de uma agência de desenvolvimento e intervenção institucional na região por meio da amplificação de projetos técnicos.

Esta experiência institucional, que se instrumentaliza em variáveis técnicas, naturais e humanas, constitui uma possibilidade de reflexão sobre a história dos sertões. Por outras palavras, os estudos dos sertões por meio da técnica, dos projetos, dos planejamentos, dos cálculos e das missões analíticas podem revelar outras leituras do espaço e da sociedade em suas condições materiais, bem como da saúde, das doenças e da morte.

O espaço/território, pela perspectiva de análise, expõe leituras das fronteiras dos sertões estabelecidas em função de estudos para construção de obras estruturantes, como açudes, estradas de rodagem e outras ações regionais. Portanto, do ponto de vista técnico e institucional, as fronteiras dos sertões foram repensadas pelo processo modernizador dos espaços sertanejos antenados com os ditames do progresso.

Os sertões e a IOCS

Na transição do século XIX para o século XX, as zonas interioranas ou sertanejas constituíam-se ainda em espaços distantes dos ecos e burburinhos dos principais centros do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Destes centros, moviam-se sujeitos pautados pela defesa de um novo cientificismo regulador das normas da vida em sociedade, que acabaria por ecoar em projetos técnicos para as áreas mais

remotas do Brasil de diferentes formas: a) enxergavam o Brasil pela perspectiva do litoral. Neste caso, o sertão seria o distante, o resistente ao moderno e à penetração da “civilização”. Esse painel é identificado com as teorias raciais e com o determinismo geográfico sob uma perspectiva mesológica; b) entendiam que a representação do “nacional” era de fato o que estava nos rincões distantes dos centros urbanos. Ali, estaria o âmago da identidade brasileira, de tal maneira que precisava ser integrado ao nacional através das “missões civilizatórias”.

Por seu turno, as “missões civilizatórias”² voltadas para os interiores do Brasil construíram propostas de uma integração nacional: a) incursões que buscaram abrir caminhos para o conhecimento dos sertões, estudos de seus espaços naturais e sociais e inserção do “progresso” através da “construção de ferrovias, das linhas telegráficas,³ dos trabalhos de descrição cartográfica e geológicas⁴ e as ações militares de consolidação ou contestação à ordem republicana”.⁵

Estas missões civilizatórias⁶ ainda resultaram em estudos científicos sobre a fauna, a flora, a nosologia,⁷ a hidrografia e a

² Nísia Trindade Lima (1997) comenta que essas missões civilizatórias estiveram associadas a projetos modernizadores, como: expedições de reconhecimento, delimitação de fronteiras, saneamento, integração econômica e política.

³ Ver a incursão do Marechal Cândido Rondon pela Região Norte na sua biografia escrita por Larry Rohter (2019).

⁴ As missões do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB/1906), coordenado por Orville Adalbert Derby, geólogo e *expertise* em análises do solo brasileiro.

⁵ Esse último ponto está relacionado às incursões militares realizadas pelo Governo Federal para combater os rebeldes em Canudos. Euclides da Cunha e sua obra “Os Sertões” são um marco inaugural para se pensar as zonas sertanejas (LIMA, 1997).

⁶ Euclides da Cunha, os médicos Oswaldo Cruz, Belisário Penna e Arthur Neiva, Marechal Rondon, missões profissionais dos engenheiros e médicos ligados ao IOCS (LIMA, 1997).

⁷ Estudo e classificação de doenças de um determinado espaço.

etnografia, a sociedade e as culturas dos sertões brasileiros. Portanto, a documentação produzida por estas missões é importante para uma análise sobre o significado do termo “sertão” e como ele foi operacionalizado por diferentes agentes: Euclides da Cunha e sua missão de registrar como jornalista os acontecimentos da Guerra de Canudos; os médicos Carlos Chagas, Oswaldo Cruz, Belisário Penna e Arthur Neiva, realizando missões sanitárias e nosológicas, entre os sertões amazônicos e nortistas, respectivamente; a missão de perfil técnico do Marechal Rondon, realizando mapeamentos e implantação dos fios dos telégrafos e construindo uma ponte de comunicação entre os sertões do Centro-Oeste, amazônico e as zonas centrais.

A noção de Sertão incorporou diversas acepções discutidas na historiografia, desde a ideia de região desconhecida,⁸ interior, pouco povoada, ou região do espaço colonial ainda não preenchida pela colonização, ou pela lei e ordem.⁹ Em termos mais contemporâneos, a noção de Sertão foi ganhando outras variáveis quanto aos padrões de sociabilidade, de espaço de produção cultural, sem perder os referenciais

⁸ Nesse caso, a obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, constitui-se um importante marco escriturístico sobre os sertões, visto que o autor confere a esta região a noção de espaço desconhecido, sobretudo, pelos centros de poder. Isso significava que qualquer tentativa de construção de um ideário de integração nacional, necessariamente, deveria incorporar o sertão. Ele ainda apontava que para um país que se desejava moderno, desconhecer grandes áreas de seu território nacional, como os sertões, era alinhar-se ao ideário de civilidade europeia em detrimento do que se considerava bárbaro e atrasado. Para Euclides da Cunha, “a fronteira que separava os sertões e as cidades - eram vistas como ‘antenas com o futuro’ – era uma fronteira de temporalidade. À medida que os distanciava era o tempo: “porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos” (LIMA, 1997).

⁹ Discussão realizada por Maria Elisa S. Mader acerca do sertão como região que ainda não possui o traço colonizador, ele “constitui-se no mundo da ordem, estabelecida por duas instâncias de poder: a igreja e o Estado.” (LIMA, 1997).

clássicos de uma “civilização do couro”, como abordou Capistrano de Abreu. Em relação a esta compreensão:

[...] Não seria propriamente a civilização do couro o elemento definidor de sertão, porém a ideia de uma distância em relação ao poder público e aos projetos modernizadores. Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie (LIMA, 1997, p. 60).

É na contraposição entre o atraso e o moderno, vinculado ao termo Sertão, que se insere o processo de institucionalização da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), como um espaço político e científico, que, através de suas missões profissionais aos sertões nortistas, detectou que o atraso da região seria um empecilho para o desenvolvimento do território sertanejo. Nesse sentido, os anos de intensas secas, que atingiam sazonalmente várias áreas do semiárido, marcaram o imaginário brasileiro com imagens de migrações, fome, doenças e mortes, compartilhadas pelos jornais de circulação nacional.

A “Grande Seca” de 1877-1879¹⁰ passou a ser um marco histórico importante por diversos motivos: a) atingiu não apenas os pobres, mas também parte da elite do Norte perdeu dinheiro e propriedades, caindo na indigência, situação aprofundada pela crise

¹⁰ A respeito da experiência da seca em 1877-1879, Luitgarde Barros aponta que a estiagem iniciada no Ceará, alastrou-se para os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, com pessoas deslocando-se em busca de ajuda nas grandes cidades ou as serras como os vales férteis do Cariri cearense. No caso do Ceará, a capital Fortaleza foi tomada por “retirantes e maltrapilhos”. No auge da miséria, o povo comia mucunã (planta venenosa), matavam a sede com água acumulada no interior de plantas como a macambira, e na culminância da desgraça comiam: “morcegos, cobras e urubus”. Uma ação do governo central foi a emigração para os estados do Amazonas e Pará. Doenças como o beribéri (deficiência de vitamina B1), hemeralopia (cegueira noturna causada pela carência de vitamina A) e varíola atingiram milhares de pessoas (BARROS, 2008).

econômica, política, social e regional, em disparidade com o apoio dado aos cafeicultores do Sul pelo Governo Imperial; b) se inaugura uma produção técnica sobre o fenômeno natural com investigações e missões nas áreas afetadas para estudos e propostas de soluções, sendo as comissões Imperiais de 1877 um exemplo; c) a seca como fenômeno natural passou a fazer parte do debate político no Congresso, tendo apoio do discurso técnico-científico detentor como base para a construção da noção de progresso da sociedade.¹¹

A atividade técnico-científica emergiu para dar legitimidade aos estudos da seca como fenômeno detectável por meio da ciência e passível de soluções, com intervenção do estado, planejamento e obras preventivas. O Estado brasileiro, por meio da criação de “Comissões Imperiais (1877)”, “Comissões de Açudes e Irrigação (1904)” e “Comissões de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas (1904)” construiu o caminho para a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), cujos objetivos eram pesquisar, analisar e propor soluções para os entraves do desenvolvimento da região.

A IOCS foi criada em 1909, através do Decreto 7.619 de 21 de Outubro, no governo do Presidente Nilo Peçanha, vinculada ao Ministério de Agricultura e Viação e Obras Públicas, órgão responsável pelas obras modernizantes no Brasil. A institucionalização via um órgão federal de políticas de combates aos efeitos das irregularidades de chuvas no Nordeste do Brasil, decorreu de demandas políticas, sociais e

¹¹ A discussão realizada por Kleiton de Sousa Moraes ajuda a compreender como, em fins do século XIX, se relaciona semanticamente secas, sertão, políticas e ciência.

econômicas relacionadas ao fenômeno da estiagem e seus trágicos efeitos, tomando como marco temporal a “Grande Seca”.¹²

A IOCS teve como um de seus primeiros agentes e diretor Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Formado em Engenharia Civil e de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto, como administrador, esteve à frente de diversos órgãos públicos brasileiros. Essa experiência na escola de Minas de Ouro Preto foi uma marca da sua direção na Inspetoria de Obras Contra as Secas como um órgão científico, com “o espírito investigativo e a participação com o estudo da realidade brasileira [...]” (SANTOS, 2003, p. 38). Suas ações iniciais à frente do órgão demonstraram preocupação com a pesquisa e a composição de uma equipe multidisciplinar¹³ para construção de um banco de dados sobre a região Norte/Nordeste brasileira. Dessa forma:

Enquanto esteve na Inspetoria, Arrojado Lisboa, desenvolveu em todos os estados atingidos pelas secas atividades de observação científica e de levantamento de dados, estas atividades incluíram o estudo detalhado da flora e das caatingas, observações regulares da queda das chuvas, medições de correntes de água, observações geológicas das diferentes bacias hidrográficas e relativas aos regimes de águas subterrâneas. [...] Foi realizado o levantamento das cartas topográficas dos estados do Nordeste e em 1912 são criados os hortos florestais [...]. A instalação dos hortos florestais próximos aos açudes [...] deram origem anos depois, ao setor agrônomo responsável pela exploração agropecuária em torno dos açudes’ (SANTOS, 2003, p. 52).

¹² Paulo de Brito Guerra descreve a seguinte cronologia para as estiagens prolongadas: 1877-1879; 1888-1889 e 1900. No decorrido século XX tem-se: 1903-1904; 1908 (Rio Grande do Norte); 1915; 1919; 1930-1932 (GUERRA, 1981).

¹³ Essa equipe contou com a integração de profissionais brasileiros e estrangeiros, dentre alguns temos: Roderic Crandall, Horace Williams, Gerald A. Warring, Ralf H. Sopper, Horace L. Small. Os brasileiros Luciano Jacques de Moraes, Raymundo Pereira da Silva, Djalma Guimarães, geólogos norte-americanos e técnicos brasileiros respectivamente.

Nesses primeiros anos, a IOCS foi organizada sob um perfil científico, prova destes esforços foram as comissões e expedições enviadas aos estados atingidos¹⁴ pelas secas para levantamento de informações e um conhecimento denso da região. Em Dezembro de 1909, um grupo de cientistas, sob o comando de Roderic Crandall e Horace Williams, geólogos norte-americanos vinculados ao Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, partiram do Rio de Janeiro em direção a Fortaleza, com o propósito de fazer observações e pesquisas. Colheram informações¹⁵ sobre o clima, geografia, botânica, sociedade e economia da região. Sob o ponto de vista de Arrojado Lisboa, estes dados seriam necessários para “traçar o programma” de intervenção no espaço (MORAES, 2018, p. 85).

Na organização da IOCS, Arrojado Lisboa manteve um intenso diálogo com Orville Derby,¹⁶ geólogo norte-americano, responsável pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), criado em 1906, com o propósito de estudar cientificamente a estrutura geológica do solo brasileiro. Desse trabalho, emergiu a relação de proximidade com

¹⁴ A Região Nordeste é atingida periodicamente pelas irregularidades das chuvas, no entanto, alguns estados possuem grande parte de sua extensão territorial no chamado Polígono das Secas. São os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, respectivamente, primeiro e segundo distritos das secas.

¹⁵ Uma das metodologias de pesquisas utilizada por Arrojado Lisboa, além do trabalho *in loco*, foram os questionários enviados aos presidentes das Intendências, com o intuito de colher o máximo de informações dos municípios da região Norte/Nordeste. Consultar: Estudos e Trabalhos Relativos aos Estados da Parahyba e Rio Grande do Norte.

¹⁶ Essa proximidade deveu-se, sobretudo, pelo comungo em assimilar a ciência como exercício de investigação sem imediata aplicação prática, uma espécie de ciência pura, que adversava com outra perspectiva de ciência intervindo na realidade, uma ciência que se transmutava em prática.

Arrojado Lisboa, técnico indicado por Derby para realizar as viagens de estudo ao Nordeste brasileiro a serviço do SGMB.

Quando indicado para coordenar a IOCS, Arrojado Lisboa recorreu a Orville Derby para firmar uma parceria com o SGMB, a fim de que os seus profissionais pudessem realizar serviços com a IOCS para estudos dos solos semiáridos dos sertões e suprir a falta de técnicos em geologia. Outro expediente foi buscar profissionais nos Estados Unidos junto ao professor John Casper Branner, da University Cornell, experiente geólogo nos estudos dos solos brasileiros, que indicou os geólogos Roderic Crandall, Horatio Small e Ralph Sopper, formados pela Universidade de Stanford, para o quadro funcional da IOCS.

A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos não se resumia à recomendação de profissionais especializados em análises geológicas, pois há semelhança entre os projetos da IOCS e a agência de desenvolvimento regional, a *U.S Reclamation Service* (USRS/1902), cujo objetivo era construir barragens e projetos de irrigação, com o intuito de modernizar espaços semiáridos, a exemplo do Oeste americano. Desses projetos, ressalte-se o desenvolvimento focado nos estudos agrícolas como “um dos responsáveis pela curiosa aproximação dos intelectuais brasileiros e estadunidenses [...] (MORAES, 2018, p. 69), reforçaria como projeto futuro em decorrência da construção dos açudes, os perímetros irrigados para desenvolvimento de culturas e os postos agrícolas.¹⁷ Em seu trabalho sobre a IOCS, a historiadora Eve Elisabeth Buckley ressalta

¹⁷ Doc. Relatório apresentado ao Ministro de Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida, em 1933. “O problema Social e Econômico das Obras Contra as Secas”. Destaque para o “Grande plano de irrigação e projeto de colonização a base cooperativa”.

a semelhança desta com a agência norte-americana de desenvolvimento para o Oeste. Da análise sobre os técnicos e políticas de seca e desenvolvimento, Buckley aponta que o “*the establishment of an agency to combat drought in 1909 launched the federal government’s most significant investment in the region*”¹⁸ (BUCKLEY, 2017, p. 1).

Em virtude dessa cooperação entre profissionais brasileiros e norte-americanos, estabelece-se uma relação entre o nacional e o global. Esta fronteira colaborativa no campo do conhecimento pode ser historicizada através de assistência e fornecimento de profissionais, no diálogo entre estudiosos, como Charles Fred Hatt, da Cornell University, idealizador da Comissão Geológica do Brasil (CGB/1875), e os seus contemporâneos Orville Derby, assistente de Hatt e integrante da missão, e o geólogo John Casper Branner, graduados pela Cornell University. Com a extinção da CGB, em 1877, em 1886,¹⁹ Orville Derby assume a coordenação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG), em 1906, os estudos aplicados do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, com o propósito de estudar o solo e o abastecimento de água no interior paulistano, cooperando também com outras instituições, a exemplo da IOCS.

Destas parcerias e iniciativas, sob a coordenação de Arrojado Lisboa, a IOCS conseguiu realizar estudos das áreas sertanejas por meio

¹⁸ Em tradução livre: “O estabelecimento de uma agência para se combater a seca em 1909 lançou o mais significativo investimento federal na região” (BUCKLEY, 2017).

¹⁹ Essa comissão surgiu pelo interesse da elite cafeeicultora paulistana em expansão. Os trabalhos foram bastante diversificados em Geologia, Botânica, Geografia, Topografia etc, na tentativa de se produzir um denso estudo do meio físico paulista. A contenda surgida entre Derby e Francisco Bhering, catedrático da escola Politécnica de São Paulo, foi a oposição entre o método norte-americano e o francês, ou entre ciência aplicada e a ciência prática (FIGUEIRÔA, 1997).

de seu conjunto de profissionais, ou por “uma nova elite técnico-científica” composta por geólogos vinculados ao SGMB, botânicos, engenheiros, hidrólogos e médicos ligados ao Instituto Oswaldo Cruz, com o propósito de compreender o espaço por meio dos estudos e pesquisas, assemelhando-se à etnografia, em que o antropólogo aproxima-se de seu objeto para melhor observá-lo e da aplicação técnica e protocolos científicos na intervenção do meio.

Destas viagens, resultaram vários relatórios sobre os sertões, pautados pela análise de especialistas e observações científicas que ajudaram a demarcar melhor os problemas dos sertanejos, os quais passavam pela irregularidade de chuvas, incapacidade da retenção das águas pluviais, ausência do Estado brasileiro na região e precariedade dos hábitos cotidianos, resultando-se em doenças, mortes e falta da educação civilizadora e pedagógica (PEREIRA; HERSCHMANN, 1994), ampliando o ponto de observação e entendimento sobre o espaço sertanejo. E, sendo possível, refutar a tese defendida por alguns naturalistas e evolucionistas mais ortodoxos quando “classifica[vam] a população sertaneja como sendo aquela que estaria em um patamar evolucionista retrógrado” (MORAES, 2018, p. 99), por ser considerada “inculta”.

De inspiração euclidiana, o problema do sertanejo era de abandono pelo estado brasileiro. À medida que essas missões de trabalho adentraram o espaço sertanejo, seus estudos e análises produziram outros olhares para a região: deslocaram-se do entendimento simplista de atraso para focarem na necessidade de intervenção do estado, nos projetos modernizadores e nas obras estruturantes. Esse atraso da região

também poderia ser remediado pela educação voltada para os elementos da terra e do desenvolvimento da agricultura, visto que “a não civilidade do sertanejo, muitas vezes implicava um fator positivo, pois atestava que era parte de uma sociedade que apenas precisava ser orientada, instruída” (MORAES, 2018, p. 109).

O perfil científico da IOCS se constitui em uma identidade desde as primeiras ações e que permanecerá nas suas práticas nos anos vindouros, conforme pode ser constatado nos relatórios das missões de reconhecimentos de áreas de construção de açudes, nas memórias das obras estruturantes, nas justificativas e estudos e construções de rodovias e nas projeções futuras de áreas experimentais de florestas, plantio de frutas e hortaliças.

Em Agosto de 1912, Miguel Arrojado Lisboa deixou a coordenação da Inspetoria da IOCS, cargo que ficou sob a responsabilidade do engenheiro civil Ayres de Souza, subinspetor do órgão. Em 1913, o presidente Hermes da Fonseca designou o engenheiro civil Aarão Reis para coordenar o órgão, iniciando outro perfil histórico de experiência de administração e científica da IOCS que se prolongou até 1919.

O IFOCS, a açudagem e os relatórios

Em 1919, sob a presidência do paraibano Eptácio Pessoa, o combate aos efeitos das estiagens nos sertões nordestinos passou a figurar como meta de governo. Decorrente disso, ocorreu a federalização do órgão, passando a chamar-se Inspetoria Federal de Obras Contra as

Secas (IFOCS). Epitácio Pessoa reconduziu Arrojado Lisboa à direção da inspetoria, e em 25 de dezembro de 1919, o Congresso Nacional aprovou o projeto de Lei nº 3.965, que “autoriza a construção de obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no nordeste brasileiro e dá outras providências”, dentre elas, a criação de um caixa especial que financiou as despesas de construção, custeio e conservação de obras e serviços. Em 1945, este órgão foi transformado em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), dando continuidade ao planejamento e execução de obras de engenharia, desde a construção de açudes a usinas hidrelétricas, tornando-se uma autarquia.

O redimensionamento institucional do IOCS para o IFOCS, aliado a um orçamento permanente, permitiu aos seus agentes a continuidade e ampliação do campo de atuação: a produção de um saber sobre os espaços sertanejos nordestinos, como tipos de solos, variável hidrográfica, diversidade da flora e da fauna e tipologia das doenças que afetavam a população sertaneja nos anos de estiagens. Esta experiência resultou também na elaboração de projetos a serem desenvolvidos posteriormente, expostos em publicações como relatórios e livros.

De acordo com os estudos do engenheiro agrônomo Paulo de Brito Guerra, o início da década de 1920 “trouxe a bonança, que permaneceu três anos no Nordeste. Havia recursos. Havia já uma soma de informações científicas e técnicas. À frente de todo empreendimento estava de volta Arrojado Lisboa, novamente inspetor, carregado de experiência” (GUERRA, 1981, p. 60). O caixa especial veio suprir a instabilidade de recursos destinados à Inspetoria pela União ao longo dos

anos, o que comprometeu muitos dos projetos de modernização para o espaço sertanejo, bem como o seu quadro técnico-funcional.

Sem deixar de observar a trajetória própria de cada instituição, há transformações ao longo do tempo, mostrando a rica historicidade de sua atuação na região, o que contribuiu para que, a partir dos anos de 1930, o IFOCS contasse com uma sólida experiência em projetos modernizadores, redimensionando as fronteiras técnicas nos sertões. Contudo, apesar dessa continuidade da experiência de projetos modernizadores entre o IOCS e o IFOCS, o relatório “Obras Contra as Secas”, uma publicação separada do boletim do 4º trimestre de 1938, apresenta os entraves nas ações, programas e resultados e análise feita pelo governo de Getúlio Vargas em estudo sobre a atuação do IFOCS na década de 1920.

Este relatório constitui um documento importante, pois detalha que, depois de 1924, o caixa especial do governo do presidente Epitácio Pessoa não pôde ser mantido, descontinuando as políticas públicas e incidindo na irregularidade de distribuição de verbas, o que afetou o programa do IFOCS e impediu a realização de um “Plano Racional e Uniforme”, conforme termos do referido documento. O relatório também mostra que esse problema foi decorrente das mudanças de governos que atribuíam maior ou menor pertinência ao trabalho do órgão e realização de suas obras no Nordeste e aponta que as disputas regionais predominavam na “falta de continuidade nos recursos se refletia desastrosamente nas paralisações e, em muitos casos, abandonos de obras” (BRASIL, 1938, p. 4).

O relatório manifesta que a descontinuidade das ações atingiu o IFOCS até 1930, quando o novo governo instituiu o Decreto nº 19.726, fornecendo à Inspetoria novo regulamento, no qual eram fixados os serviços a serem executados dentro de um “Plano Racional” e verbas para execução. Em outras palavras, os planos não poderiam ser descontinuados em virtude das mudanças governamentais ou interesses regionais.

O açude Itans

“A água é necessidade primordial para o Nordeste”. Foi esta premissa que, a partir de 1930, elegeram-se os grandes sistemas de açudagem, irrigação e um plano de obras rodoviárias. Um exemplo destas iniciativas foi o açude Itans, na zona denominada, à época, Baixo Assu, Rio Grande do Norte. É de 1919 que data-se a primeira referência ao seu projeto de construção nas proximidades da cidade de Caicó, interior norte-rio-grandense. Segundo o Boletim de circulação interna da IFOCS, de 1934, Outubro, v. 2, nº 4, o engenheiro Francisco Aguiar foi responsável pela readequação do projeto do açude Itans, visto as plantas originais terem desaparecido com o inspetor Lima Campos, que sofreu trágico acidente aéreo, vitimando-o em Outubro de 1932. Francisco Aguiar apontou que os primeiros planejamentos e estudos do açude tiveram início em 1919 e prosseguiram de 1921 a 1924 e ficaram interrompidos até 1930. Em 1932, houve a retomada dos trabalhos sob um novo formato, incluindo os projetos voltados para os grandes sistemas de irrigação.

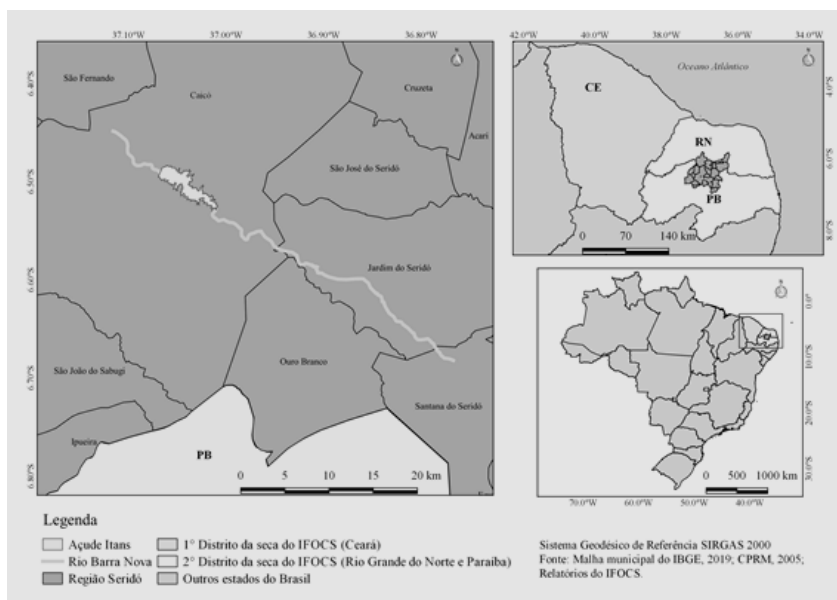
É que no referido boletim consta a “Memória justificativa do Itans” da construção do açude. Essa memória justificativa consiste em um documento que descreve a obra e analisa a necessidade da sua construção para a região, demonstrando que o uso do erário público exigia uma profunda defesa e alegação do porquê da construção da obra. No caso aludido, o engenheiro civil Francisco Aguiar²⁰ forneceu dados de localização do açude, da morfologia descritiva do solo, do clima, da região, da bacia hidrográfica a ser construída, da planta baixa e dos cálculos matemáticos que justificavam cientificamente a construção e a segurança da obra:

Barragem essencialmente regularizadora do rio Barra Nova, represará 81 milhões de metros cúbicos de água, e contribuirá para a irrigação de 2.500 hectares de terras cultiváveis. Por vastas extensões o Seridó apresenta-nos na estação calmosa tanto pela sua vegetação, como seus caracteres físicos o aspecto de deserto em formação. As chuvas limitam-se a resumido período do anno; são incertas, irregulares, e, por vezes faltam quase completamente. Toda essa região é fortemente aquecida durante o dia, tanto em razão de seu feitio topográfico, como da grande duração do brilho solar [...]. BOLETIM, 1934, p. 159-164).

Os mapas a seguir representam estes territórios sertanejos:

²⁰ Depois do acidente de avião que vitimou o engenheiro Lima Campos, responsável pela obra, o engenheiro Francisco Aguiar assumiu a responsabilidade pelo seu projeto (Doc. Boletim da Inspetoria, 1934, v. 4,5 e 6).

Figura 1 – Bacia do Açude Itans no 2º. Distrito do IFOCS (Mapas 1, 2 e 3).



Fonte: Malha Municipal do IBGE, 2019, CPRM, 2005.

Da direita para a esquerda, tem-se o mapa do Brasil com os estados do Ceará – 1º. Distrito do IFOCS – e Rio Grande do Norte e Paraíba – ambos do 2º Distrito, (Pernambuco faz parte do segundo distrito, no entanto não é referenciado no mapa). Em seguida, em escala menor, no estado do Rio Grande do Norte, a região do sertão do Seridó com a bacia do Rio Barra Nova (2), e, à esquerda, a bacia do Rio Barra Nova com o açude Itans (1).

No relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas e IFOCS para os trabalhos do triênio 1931-1933, apresentado ao autor de *A Paraíba e seus problemas*, ministro José Américo de Almeida, é possível perceber que “o Norte lutava com escassez de chuvas desde 1930”, o que indicava mais um período de longa estiagem. O relatório também

apontou que os trabalhos da Inspetoria não estavam podendo ser viabilizados como anteriormente planejado em virtude de problemas econômicos. Considerando que o período em referência foi a transição entre a quebra institucional de 1930, o fim da Primeira República e a emergência do governo transicional de Getúlio Vargas, o relatório registrou que o desequilíbrio econômico decorrente do período transicional afetou os distritos²¹ no que concerne ao financiamento das obras estruturais.

O Governo Federal teve que conceder auxílio em forma de “pequenos créditos especiais” para socorrer as áreas atingidas pela estiagem que começou em Outubro de 1930. Dentre eles, o segundo distrito, Paraíba e Rio Grande do Norte, “a situação de crise e perturbações administrativas resultantes da transição revolucionária, dava lugar a uma desarticulação visivelmente anárquica dos serviços” (BRASIL, 1934, p. 41). Isso mostra que o planejado, em termos de obras estruturais, não estava sendo seguido, e que os créditos especiais serviam para que, a nível local/regional, fossem iniciados postos de trabalhos em aberturas e reparos de estradas secundárias ou de açudes.

Secas, migrações e trabalho

Ainda no boletim de 1934, Francisco Aguiar informava que as migrações foram as situações mais constantes em consequência das

²¹ Na emergência da IOCS, a região dos estados do Norte/Nordeste foi organizada por distritos. O primeiro distrito corresponde ao estado do Ceará, o segundo distrito aos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e o terceiro distrito o estado da Bahia. Essa maneira de organizar a região atendia as singularidades regionais de cada área dessas.

estiagens prolongadas. O que provocou uma série de problemas quando levadas de pessoas se deslocavam pelas estradas dos estados em busca de algum apoio, seja nas locomoções para as zonas litorâneas, seja no deslocamento para outros estados na região. Sobre esta questão, o inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira, narra o trágico cenário da seguinte maneira:

[...] A extensão, intensidade e progresso impressionante do flagelo, com todo o seu cortejo de misérias, foi resolvido imediatamente o socorro intensivo às populações castigadas, com a organização rápida de novos serviços, assistência direta, transportes, concentrações, enfim todas as medidas prontas e decisivas para impedir o êxodo em massa, o aniquilamento pela fome ou invasões das cidades pela multidão flagelada, com os perigos das epidemias mortais, do banditismo, de todas as misérias já verificadas em épocas anteriores (BRASIL, 1934, p. 41).

Os espaços foram tomados pelas multidões sob o efeito da miséria econômica e social, vagando pelas estradas em busca de socorro e apoio público aos administradores a nível local e regional (NEVES, 2000; ANDRADE, 2007). Essa era uma demanda que se repetia ao longo dos anos quando os recursos de sobrevivência minguavam em suas terras e os sertanejos moviam-se pelas estradas. Os relatórios mostram que a criação de postos de trabalho, em obras de abertura de estradas e açudagem, foram as estratégias elaboradas para mitigar esse tipo de problema. No entanto, pelas informações do relatório, observa-se que muitas dessas ocupações eram de interesses dos prefeitos, comerciantes e demais autoridades das pequenas cidades.²² As cenas se

²² Muitas cidades foram “invasidas” pelos flagelados, nome comum atribuído ao sertanejo que se desloca pelas estradas em busca de ajuda para alimentos, água e, muitas vezes, a doenças pelas quais eles eram acometidos. Na cidade de Caicó-RN, em 1932, na administração interina de Dinarte Medeiros Mariz, muitos telegramas foram enviados da prefeitura local para a Interventoria da sua capital Natal, para pedido de

repetiam seca após seca, e isso está exposto nas palavras do inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira,²³ quando refere-se aos projetos que vieram depois de 1924, sem plano de conjunto, atropelados, dispersos ou abandonados, pois indicavam que, depois desse período, foram realizados apenas para acomodar a população provisoriamente.

Nas palavras do Inspetor Silva Vieira, em comunicação sobre “A Rodovia e o combate as Secas no Nordeste”, no VII Encontro Nacional de Estradas e Rodagem, a Inspetoria incorporou em seus programas “a construção de rodovias principalmente com o objetivo de acesso aos locais das grandes obras de açudagem projetadas” (1939, p. 10). A seca de 1932, com durabilidade de três anos, obrigou a Inspetoria a incluir em suas obras não “[...] só do plano rodoviário estabelecido”, como a incorporação de estradas ou linhas subsidiárias e secundárias.

A Inspetoria atuava em obras pontuais até os inícios de 1930. No período de 1931 a 1932, é que se estabeleceu um novo marco na administração do IFOCS, com o estabelecimento de ações conjunturais estratégicas que marcou os grandes sistemas de barragens e irrigação em espaços populosos, com o intuito de fixar o sertanejo em suas terras.

créditos de socorro para os flagelados que chegavam à cidade em busca de ajuda. Documentos oficiais da prefeitura atestam esses pedidos em diversos telegramas que solicitavam auxílio em créditos para criação em postos de trabalhos em aberturas ou reformas de estradas, passagens para deslocamentos de família inteiras para outros estados da federação. Naquele momento, muitos foram deslocados para a construção do açude Itans, obra de planejamento regional do IFOCS.

²³ Por outras palavras, o inspetor se refere aos anos de 1920-1924, quando com a criação do caixa especial, em 1919, o IFOCS contou com uma injeção financeira que possibilitou a retomada dos projetos modernizantes em grande escala, o reaparelhamento do órgão, a contratação de empresas particulares para os projetos das grandes barragens, a exemplo das firmas: *Northon Griffiths e Co LTD*, *C.H. Walker e Co LTD* e *Dwight P. Robinson INC*, e quando chegou 1924 e outro quadriênio presidencial, as obras foram paralisadas em virtude do cancelamento do caixa especial (GUERRA, 1981).

Assim, a partir de 1932, iniciou-se uma dinâmica diferente das experiências frente a secas anteriores. É que depois de passada a estiagem, as obras eram paralisadas e abandonadas, deixando as atividades inconclusas, “[...] o espetáculo deprimente do abandono, da falta de continuidade, de desorganização tão familiar as obras federais do nordeste (sic), voltadas, assim, a grandes estragos e mesmo a destruição completa durante o intervalo entre uma seca e outra [...]” (BRASIL, 1934, p. 12).

Para evitar o problema, perdas de financiamentos e material técnico, procurou-se sistematizar os trabalhos das obras de forma contínua, mesmo depois de passada a estiagem. Para tanto, buscou-se o reaparelhamento do IFOCS com uma nova linha de maquinário, passagem da construção manual para a construção técnica mecânica e introdução de mecanismos com operadores que otimizavam o trabalho manual, ajudando nos trabalhos contínuos dos projetos e planejamentos.²⁴ Evitou-se, desta maneira, o desperdício e abandono das ações, sobretudo, quando os trabalhadores voltam para suas terras.

De acordo com o relatório, ainda em 1932, as reinstalações nas barragens precisavam ser reativadas, e os equipamentos, envelhecidos, parados há muito tempo, seja por uso indevido, seja por má conservação, não poderia ser um empecilho em meio ao escasso tempo. É que “[...] a multidão de famintos exercia uma pressão cada vez maior” (BRASIL, 1934, p. 52), pois era o tempo da sobrevivência, da água que

²⁴ Quando se compara o orçamento do IOCS “de 1909 que foi de RS 150.000:000\$000 (cento e cinquenta mil contos de reis) a variação de Rs 4000 mil contos em 1925” quando IFOCS. Doc. BRASIL. Ministério De Viação e Obras Públicas. Synthese das realizações até 1935.

era outro elemento escasso, dificultando os trabalhos ou mesmo impedindo a continuação de algumas obras, já que o abastecimento só seria possível a grandes distâncias ou por perfurações profundas, o que encarecia muito as obras.

O inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira indicava que faltava de tudo na tentativa de organizar auxílio para os sertanejos que vinham em sua busca. Em suas palavras: “[...] falta de ferramenta, até das mais rudimentares, falta de pessoal técnico suficiente, falta de projetos, falta de transportes, falta de material de construção, e por último falta d’agua [sic]” (RELATÓRIO, 1934, p. 49). Esse quadro se mostrava em quase todas as áreas citadas atingidas pela estiagem prolongada no ano de 1932, nos perímetros do primeiro e do segundo distritos da Inspetoria.

Provisoriamente, a solução foi levar a sede da Inspetoria para o primeiro distrito, em Fortaleza, com o intuito de articular projetos de forma mais rápida, uma vez que a sede do IFOCS, no Rio de Janeiro, dificultaria o diálogo entre os engenheiros, os técnicos e os projetistas das obras. Pelas informações constantes nos relatórios, é possível acompanhar os espaços de desenvolvimento das obras estruturantes de açudagem de longa duração, capazes de absorver mão de obra em número maior, a saber: “Lima Campos”, no Ceará, “São Gonçalo”, na Paraíba, “Boqueirão” de Piranhas, na Paraíba, “Feiticeiro”, no Ceará e o Projeto do “Itans”, no Rio Grande do Norte. Assim, tem-se um esquadramento geográfico e histórico que se articula aos estudos técnicos e a projeções que ressaltam uma dinâmica social do trabalho: “[...] a multidão de famintos foi empregada em serviços preliminares diversos” (BRASIL, 1934, p. 51).

Os dados sobre o início de mais um período de longa estiagem e seus impactos junto à população impressionam: o relatório informa que no início do mês de Março de 1932, na área correspondente aos 1º e 2º distritos – Ceará e Rio Grande do Norte e Paraíba, respectivamente –, a Inspetoria tinha em torno de 7.000 mil trabalhadores em obras diversas, ao passo que, no final do ano, já eram cerca de 200 mil trabalhadores (BRASIL, 1934, p. 43).

Secas e doenças

Decorrente da falta de água e da aglomeração nos canteiros de obras dos açudes e das precárias medidas de higiene, as consequências foram o aparecimento de diversas doenças. Desta forma, os poços, as cacimbas e o transporte de água, elementos aparentemente protegidos das contaminações, não evitaram as doenças que se propagaram nesses ambientes:

A aglomeração rápida em local não preparado convenientemente, a falta de hábitos de higiene da população sertaneja, o seu depauperamento físico, a falta de aparelhagem suficiente para o tratamento do considerável volume de água a ser consumido e por ultimo a escassez desse elemento, deram origens a surtos epidêmicos violentos principalmente de tifo, paratifo e disenteria (BRASIL, 1934, p. 53).

Diante do estado calamitoso, uma comissão médica foi instituída para atender aos doentes das obras. O imprevisto do surto epidêmico, aprofundado pela escassez de água, terminou por agravar a crise sanitária nos canteiros de construções dos açudes. Em telegrama de 9 de janeiro de 1933, ao ministro de Viação e Obras, José Américo de Almeida, o inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira pediu que fosse enviado, com

urgência, doses de vacina anti-tífica, para tentar controlar o surto de doenças e a ameaça de paralisação das obras.

Foi enviada uma comissão de Saúde Pública pelo Governo Federal, chefiada pelos médicos Dr. Bonifacio Costa, Dr. Amadeu Fialho, Dr. Garcia Rosa, Dr. Otavio Oliveira e mais 16 enfermeiras. Essa comissão foi colocada à disposição do Ministério da Viação pelo médico Dr. Washington Pires, Ministro da Educação e Saúde Pública. A comissão chegou ao Porto de Cabedelo, ainda município de João Pessoa na época, em 29 de Dezembro de 1932, e nesse mesmo dia, inteirou-se da situação sanitária nos canteiros de obras dos açudes com as autoridades do IFOCS responsáveis por aquelas áreas (Dr. Leonardo Arcoverde, em João Pessoa, e o Inspetor geral de obras contra as Secas, via telegrama). Para uma análise preliminar, a comissão construiu um questionário para ser distribuído nas regiões afetadas: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

O questionário aludia à quantidade de trabalhadores recenseados, se eram casados, se possuíam filhos e mulheres, qual seu o estado de higiene, se existia abastecimento de água potável, quais as condições de trabalho, qual o destino dos dejetos e a existência de estrumeiras,²⁵ qual doença é mais incidente, quem adoecia mais: homens, mulheres ou crianças (nos canteiros de trabalhos, existiam famílias inteiras), se havia pessoas vacinadas e qual tipo, (grupo, tífico, tífico-disentérico,²⁶ se via oral ou hipodérmica), se havia doentes no grupo de

²⁵ Local para se depositar dejetos humanos.

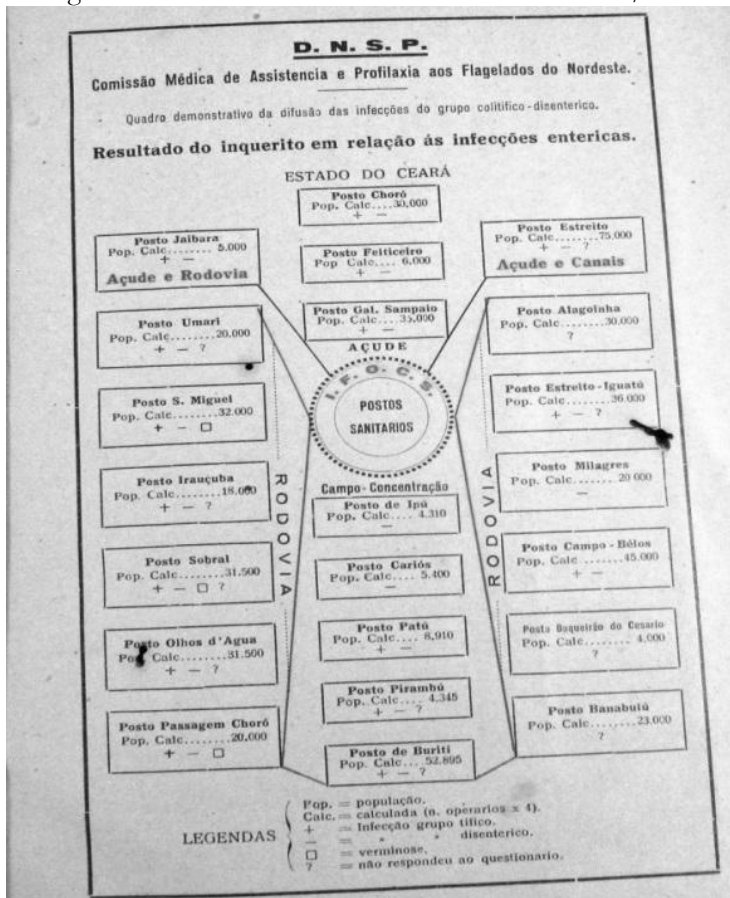
²⁶ As doenças, como febre tifoide e disenterias estão ligadas às condições socioeconômicas e precárias circunstâncias de saneamento básico, de higiene pessoal e ambiental, favorecendo contaminações. Os estados sanitários das obras e a pouca água

vacinados, qual percentagem e qual forma de diagnóstico das doenças entéricas (laboratorial ou clínico). O questionário circulou pelos chefes do Serviço de Assistência Médica dos estados na intenção de colher informações necessárias para se oportunizar uma adequada consciência sanitária e o melhor protocolo de tratamento para os doentes.

Em resposta aos questionamentos da comissão de profilaxia, três gráficos apontaram o estado sanitário das obras. A seguir, o esquema representando o estado sanitário das obras desenvolvidas no Ceará:

disponível não favoreciam medidas profiláticas seguras para os trabalhadores. Em separata Doc. “Notas sobre as Secas” do Boletim do DNOCS de 1959 há uma publicação que reforça a discussão sobre o estado sanitário da seca de 1932 e das condições de trabalho, saúde e a escassez da água nos canteiros de obras, favorecendo o aparecimento de epidemias, sobretudo, “[...] pela falta de hábitos de higiene na população sertaneja, o seu depauperamento físico [...] deram origem a surtos epidêmicos violentos de tifo, paratifo e disenteria”.

Figura 2 - Estado sanitário das obras no Ceará 1932/1933



Fonte: Relatório da Comissão Médica de Assistência aos Flagelados do Nordeste, 1933. Acervo do DNOCS/Fortaleza/CE.

O gráfico expõe sobre a existência de postos profiláticos ou sanitários nos canteiros de obras de açudagem e rodovias principais ou secundárias e o número de pessoas trabalhando nas obras, no Ceará, sob a responsabilidade do IFOCS. Como exemplo, pode ser destacado o

posto do Açude General Sampaio cuja população foi calculada em torno de 35.000 pessoas. Uma informação que chama a atenção neste gráfico, e que não aparece nos gráficos do 2º. Distrito são os cinco “campos de concentração no Ceará” que alojavam os sertanejos em deslocamento.

Segundo Kênia Rios, na seca de 1932, no Ceará foram construídos os espaços de “aprisionamento dos flagelados, bem como em frentes de trabalho e em políticas de emigração forçada para outros Estados” (2014, p. 9). A legenda também auxilia na compreensão de informações importantes, a saber: o número de pessoas em cada canteiro de construção, a infecção do grupo tífico ou disentérico, a existência de verminose e se não respondeu ao questionário.

Nos campos de trabalhos, havia crianças e mulheres, sobretudo viúvas, que se alistavam em obras para receber diárias para as famílias, ou crianças de 10, 12 e 15 anos, que tinham perdido pai e mãe e que buscavam o sustento para os irmãos. Vale salientar que a comissão profilática também foi responsável por disseminar as “Instruções para os serviços de assistência médica e profilaxia da IFOCS e MVOP”²⁷ na abertura de canteiros de obras.

Entre as sugestões em forma de planejamento para os canteiros, obedecendo, sempre que possível, as disposições gerais, destacam-se: construções das habitações provisórias; ruas largas; instalações de banheiros públicos; água purificada para consumo; turmas de limpezas das vias públicas; combate aos mosquitos e seus focos; fornecedores de gêneros alimentícios de variedade e de boa qualidade (BRASIL, 1936, p. 11-14). Quanto aos serviços de assistência médico-profilática da IFOCS,

²⁷ Sigla MVOP: Ministério de Viação e Obras Públicas.

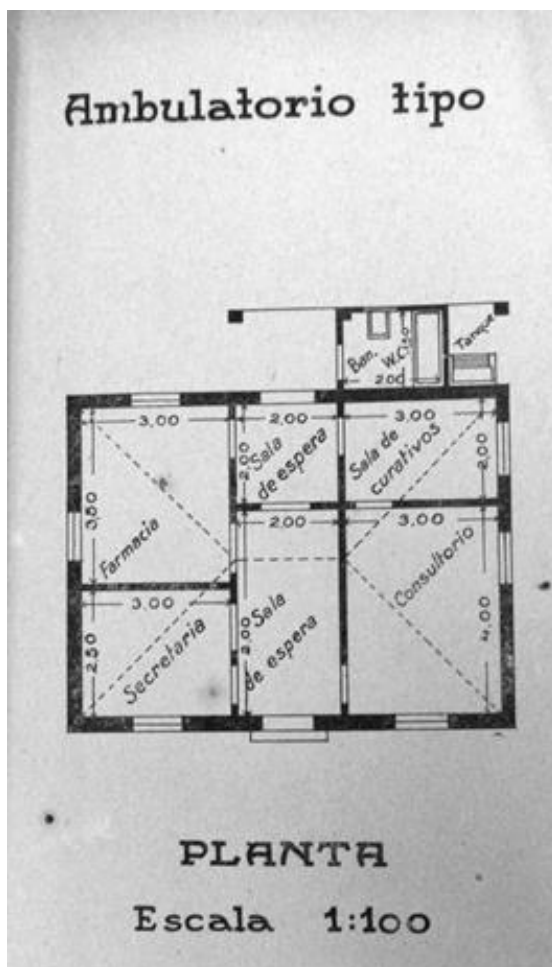
o posto deveria contar com: um laboratório central de pesquisas ou associar-se a laboratórios nos estados e/ou municípios, material farmacêutico, pequena sala para atendimentos, material médico e cirúrgico para emergências, um médico e um enfermeiro.

No Rio Grande do Norte, esses núcleos foram instalados nas localidades onde tinham serviços federais, a exemplo da cidade de Caicó. Os profissionais indicados para o trabalho nas imediações do canteiro de obras do açude Itans foram o Dr. José Medeiros, o farmacêutico José Gurgel de Araújo e o enfermeiro Alfredo Ferreira Filho,²⁸ todos residentes nesta cidade. Ainda segundo ofício expedido pelo Dr. Leonardo Arcoverde, os serviços de atendimentos aos operários e a populações concentradas também seriam feitos nos hospitais regionais, um deles situado em Caicó, o Hospital do Seridó.

O IFOCS organizou os postos médicos, cada um contando com “lactário, com fornecimento de alimento a primeira infancia (sic) e ensinamentos de puericultura”. (BRASIL, 1934, p. 28). Nos canteiros de obras, a mortalidade infantil era alta ocasionada por diversos distúrbios alimentares, pela falta de alimentos ou pela alimentação quase que exclusiva baseada em farinha, sendo, por isso, a distribuição de leite a lactantes. “O leite poderá ser de vaca, empregando-se na distribuição do mesmo a tecnica das diluições, na falta de leite de vaca será distribuido leitelho, leite em pó ou leite condensado. Para esse fim será destinado a verba de assistencia infantil” (A REPÚBLICA, 1932, pp. 02-03). A seguir, o modelo de planta baixa de um posto de atendimento:

²⁸ Essa informação foi retirada do jornal “A República”, de Novembro de 1932, Rio Grande do Norte.

Figura 3 - Modelo de planta baixa de ambulatório -
Postos de saúde do IFOCS.



Fonte: Relatório da Comissão Médica de Assistência aos Flagelados do Nordeste, 1933.
Acervo do DNOCS/Fortaleza/CE.

Esta planta baixa consiste em um dos modelos de postos de saúde a serem construídos para o atendimento aos operários e às famílias

sob a recomendação da Comissão de Profilaxia. O posto seria composto por uma *sala de espera e secretaria*, onde se arquivavam as informações do estado sanitário nas obras e dos doentes e as *fichas sanitárias*; a *sala da farmácia*, onde se guardavam remédios e vacinas; as *salas de curativos*; de *atendimento médico*; um *pequeno banheiro* e um *tanque para higienização* dos médicos.

Por fim, o relatório da Comissão Profilática mencionava as inscrições de doentes, o controle de entradas e saídas, livros, papeletas de observações de doentes, de gráficos de temperatura, dados antropométricos da população operária, pulso, dentre outros detalhes médicos. Das fichas analisadas, as averiguações consistiram em obter informações sobre em que canteiro de obra se trabalhava, qual o número da carteira de trabalho, o nome, a idade, o estado civil, a cor, o grau de instrução, quais os hábitos de higiene, o índice de Pignet (avaliação da constituição física), as deformidades e as doenças encontradas, se eram vacinados contra a varíola, qual o grupo tífico e tífico-disentérico e o registro sobre a família.

Portanto, é possível perceber, pelo relatório da Comissão Profilática, a preocupação com os dados estatísticos. Operacionalizava-se um estudo aprofundado das situações ocorridas nos canteiros das obras para planejar as condutas médicas de controle das situações epidêmicas. Essas ações foram realizadas por meio da análise de mapas, boletins nosográficos, fichas antropométricas, registros de famílias, cartografias da vigilância sanitária como uma espécie de controle bioestatístico.

Conclusões

Na fronteira da narrativa técnica, o sertão que emerge é o do trabalho, das endemias e das doenças que se fizeram presentes nas obras de açudagem e aberturas de estradas. Longe de serem apenas uma descrição técnica, os relatórios são compostos por informações que podem subsidiar uma abordagem social sobre as Histórias dos Sertões e dos sertanejos, da técnica, das migrações e das populações, debatendo-se os fios históricos da institucionalização de uma agência de desenvolvimento para os sertões IOCS/IFOCS.

Este breve estudo demonstra a relação desta instituição com o pensamento e práticas científicas, juntamente com sua produção e a construção de uma *expertise*, as relações entre o local/regional/global por meio da troca de conhecimento entre profissionais e projetos de modernizações entre Brasil e Estados Unidos, Nordeste brasileiro e Oeste norte-americano.

Em face do exposto, considera-se que uma história social dos sertões se faz com diversidade narrativa e documental. Ao apresentar como elementos de base os relatórios técnicos produzidos pelo IFOCS com foco em obras modernizantes, como construções de açudes, estradas de rodagem e projetos de áreas irrigadas, um leque de experiências históricas e leituras diferentes sobre as fronteiras dos sertões emergem.

Portanto, estas abordagens constituem possibilidades que se abrem para novos desafios frente à história social dos sertões, deslocando-se de campos já consagrados e recorrentes (a exemplo da

literatura e do folclore), para um enfrentamento em termos de temáticas (trabalho, economia, técnicas, corpos, migração, saúde e doença), tipologias documentais (relatórios, plantas baixas, telegramas, ofícios, jornais e fichas), história institucional e seus agentes (políticas públicas, agências e corpo técnico) e articulação regional/global (parcerias e cooperações).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Falas de astúcias e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)**. Dissertação, Unicamp, Campinas/SP, Brasil, 1988.

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995. pp. 145-151.

ANDRADE, J. B. F. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. Dissertação. UFRN, Natal, Brasil, 2007.

BARBOSA, O. **Secca de 32: impressões sobre a crise nordestina**. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1935.

BARROS, L. O. C. **Juazeiro do Padre Cícero: A terra da mãe de Deus**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008. [2ª Ed]. pp. 146-152.

_____. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2018. [3ª Ed].

BOLLE, W. Grande Sertão Cidades. **Revista USP**, São Paulo, n. 24, 1994/1995. pp. 80-93.

BRASIL, Ministério da Viação e Obras Públicas. **Inspetoria de Obras Contra as Secas. Estudos e Trabalhos relativos aos estados da Parahyba e Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

BRASIL. **Ministério da Viação e Obras Públicas. Boletim IFOCS**, [S.l], 1934/1945.

BRASIL, Ministério da Viação e Obras Públicas/IFOCS. **Relatório dos trabalhos realizados no triênio (1931-1933)**. Fortaleza/CE: Tipografia Minerva, 1934.

BRASIL, Ministério da Viação e Obras Públicas/IFOCS. **Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste ano de 1933**. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro e CIA, 1936.

BRASIL, Ministério da Viação e Obras Públicas/IFOCS. **Synthese das Realizações até 1935**. Rio de Janeiro: [s.n], 1937.

BRASIL, **Inspetoria de Obras Contra as Secas**. Rio de Janeiro: [s.n], 1939.

BUCKLEY, E. E. **Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil**. North Carolina: University of North Carolina Press, 2017.

CRANDALL, R. **Geographia, Geologia, Suprimento d'Água, Transportes e Açudagem**. Estados Orientaes do Norte do Brasil: Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923.

DEPARTAMENTO de Saúde Pública, (Ofício anexado ao Jornal A República), **A República**, Natal, p. 02-03, 11 dez. 1932.

FARIA, O. L. de. **Os Açudes dos Sertões do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2012.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. **As Ciências Geológicas no Brasil: uma História Social e Institucional (1875-1934)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

GONÇAVES, P. C. **O Mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879**. **Revista História, Ciência e Saúde**, v. 25, n. 22, 2018. pp. 15-539.

GUERRA, P. de B. **A civilização da Seca: Nordeste uma história mal contada**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

HOCHMANN, G.; LIMA, N. T. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são.... Discurso médico sanitaria e interpretação do país. **Revista Ciência e Saúde coletiva**, v. 5, n. 2, 2002, pp. 313-332.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro/Revan: IUPERJ, IUCAM, 1999.

_____. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **Revista História, Ciências e Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, julho 1998, pp. 163-193.

MORAES, K. de S. **O progresso Descobre o Sertão: a inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)**. São Paulo: Alameda, 2018.

NEVES, F. de C. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e do Desporto, 2000.

NORDESTE Brasileiro, Os trabalhos executados pela Inspetoria Federal de obras contra as Seccas nos Estados do Rio Grande do Norte e Parahyba, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 20 março 1936.

NUNES, C. “et al”.: **Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

PEREIRA, C. A.; HERSCHMANN, M. M. **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RIOS, K. S. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROHTER, L. **Rondon: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

SANTOS, L. A. de C. O pensamento Sanitarista na primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. v. 28, n. 2, 1985. pp. 193-210.

SANTOS, C. P. dos. **As comissões científicas da Inspetoria de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)**. Dissertação, COC/Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil, 2003.

SILVA, S. N. da. As contribuições de Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros para os estudos do universo social e cultural do sertão nordestino. **Revista Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, n. 9, 2012, pp. 1-21.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VALLE, F. de M. **História do Açude Itans:** município de Caicó – RN. Brasília: [s.n.], 1994.